



CONTRATO Nº 102/2016

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2016

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ E A EMPRESA INFANTARIA COMERCIAL EIRELI - ME

O **MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA**, situado à Praça Ângelo Mezzomo, s/nº, Centro, Coronel Vivida-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.455/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Frank Ariel Schiavini**, portador do CPF nº 938.311.109-72 e RG nº 5.767.644-2, a seguir denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **INFANTARIA COMERCIAL EIRELI - ME**, situada na Rua Irmgard Carl, 125, Sala 02 – Escola Agrícola, na cidade de Blumenau (89.037-555), estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 20.795.155/0001-79, neste ato representada pelo Sr. **Marcos Peter Nunes**, portador do CPF nº 722.369.069-00 e RG nº 2.610.719, a seguir denominada **CONTRATADA**, na presença das testemunhas abaixo firmadas, acordam e justam firmar o presente contrato, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 3262 de 28 de setembro de 2006 e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, assim como pelas cláusulas a seguir expressas:

Cláusula Primeira – DO OBJETO:

1.1. O presente contrato tem por objeto fornecimento de **MÓVEIS PARA O QUIOSQUE LOCALIZADO NO PARQUE URBANO ARNALDO WENTZ DE MORAIS (LAGO MUNICIPAL)**, conforme discriminado a seguir:

LOTE	ITEM	QNTD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	VL UNIT	VL TOTAL
1	7	1,0	UN	MESA DE AÇO INOX 190 CM, COM PRATELEIRA NA PARTE INFERIOR, TAMPO DE AÇO INOX 430, DE 0,5 MM DE ESPESSURA, ESTRUTURA TUBULAR GALVANIZADA, COM PINTURA EPOXI NA COR BRANCA, MONTAGEM POR SISTEMA DE TRAVAMENTO, DIMENSÕES MÍNIMAS: 1,90 X 0,90 X 0,85 M, PES ANTIDERRAPANTES.	VENANCIO	625,00	625,00

Cláusula Segunda – DO FUNDAMENTO LEGAL:

2.1. Este contrato tem como amparo legal à licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 51/2016** e rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 3262 de 28 de setembro de 2006 e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e pelos preceitos de direito público. A proposta de preços apresentada passa a integrar este contrato.

Cláusula Terceira – DO VALOR CONTRATUAL:

3.1. Pelo fornecimento do objeto ora contratado, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de R\$ 625,00 (seiscentos e vinte e cinco reais), conforme descrição do produto acima (cláusula primeira).

Cláusula Quarta – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

4.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos classificados conforme abaixo:

OR/UN	UNIDADE	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS	CÓDIGO REDUZIDO
09/02	Departamento de Turismo e Serviços	09.002.18.695.0033.2.063	4.4.90.52.12	000	3586
09/02	Departamento de Turismo e Serviços	09.002.18.695.0033.2.063	4.4.90.52.34	000	3587
09/02	Departamento de Turismo e Serviços	09.002.18.695.0033.2.063	4.4.90.52.42	000	3588



Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA:

5.1. O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência de 365 (trezentos e sessenta e cinco dias).

Cláusula Sexta – DO FORNECIMENTO E LOCAL DA ENTREGA:

6.1. O equipamento deverá ser entregue nas especificações e quantidades discriminadas no Termo de Referência – Anexo I do Edital, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente. A CONTRATADA obriga-se a substituir o equipamento que porventura não atenda às especificações, sob pena das sanções cabíveis;

6.2. O equipamento deverá ser entregue no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após o recebimento da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho.

6.3. A contratada deverá entregar o equipamento conforme no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, observadas as exigências constantes das especificações e da proposta.

6.4. O equipamento deverá ser fornecido, sem ônus para o CONTRATANTE.

6.5. No ato de entrega, o equipamento deverá estar acompanhado da Nota Fiscal/Fatura em 02 (duas) vias, em conformidade com a Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento. A Nota fiscal deverá ser emitida da seguinte forma:

a) *Deverá ser obrigatoriamente na forma eletrônica, obedecendo à legislação pertinente;*

b) *Deverá conter discriminação detalhada do bem a ser fornecido, além de constar a marca, modelo, número de série ou equivalente, permitindo a sua perfeita identificação.*

6.6. Efetuada a entrega, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei 8.666/93:

6.6.1 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

6.6.2 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos itens e verificação do estabelecido no item 6.8 e alíneas e consequente aceitação.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto da entrega não exclui a responsabilidade civil a ela relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

6.8. Em caso de devolução do equipamento por estar em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas à empresa contratada.

6.9. No desconto ofertado deverão ser computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre material e a venda a ser realizada, bem como custo de transporte, inclusive carga e descarga, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa contratada desta licitação.

6.10. Caso a empresa contratada esteja impedida de fornecer o equipamento no prazo determinado, o Município de Coronel Vivida poderá adquirir os mesmos de outros fornecedores, através de outras modalidades licitatórias e não pela empresa contratada neste pregão.

Cláusula Sétima – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **"prática corrupta"**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **"prática fraudulenta"**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **"prática colusiva"**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) **"prática coercitiva"**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.



e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista no edital e contrato; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Oitava – DO PAGAMENTO:

8.1. O preço ajustado será pago, através da Tesouraria do Município, diretamente em conta corrente bancária em nome do favorecido, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após a entrega da nota fiscal eletrônica, sua conferência e aceitação pelos Departamentos responsáveis.

8.2. As notas fiscais / faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após a data de sua apresentação válida.

8.3. O pagamento será feito mediante crédito em conta corrente em nome da Contratada.

8.4. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado caso o mesmo se encontre em situação irregular perante a Seguridade Social e FGTS, conforme item 7.1.

8.5. Considerando a Norma de Procedimento Fiscal nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010, o item 6 da Normas de Procedimentos Fiscais nº 095/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

"6. Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações:

6.1. destinadas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos **Municípios**;

6.2. com destinatário localizado em unidade da Federação diferente daquela do emitente;

6.3. de comércio exterior."

8.6. Empresas que não apresentarem NF-e conforme orientações acima descritas terão seus pagamentos retidos até a apresentação da nota fiscal, de acordo com normatização exarada pela Receita Estadual do Paraná, Norma de Procedimentos Fiscais nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010.

Cláusula Nona – DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO:

9.1. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do contratado.

Cláusula Décima – DA FISCALIZAÇÃO:

10.1. O CONTRATANTE indicará uma pessoa de seu preposto para exercer as atividades de fiscalização do equipamento recebido.

Cláusula Décima Primeira – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

11.1. Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da Contratada perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.



11.2. Constituem obrigações da Contratada:

- I) entregar os itens conforme Termo de Referência. Observadas as exigências constantes das especificações e da proposta, em dias úteis, no horário das 08:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas;
- II) fornecer o item, rigorosamente nas especificações, prazos e condições estabelecidas neste termo;
- III) assumir todos os custos ou despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes deste Contrato;
- IV) não transferir, total ou parcialmente, o objeto deste Contrato;
- V) sujeitar-se à mais ampla fiscalização por parte do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram;
- VI) comunicar à contratante os eventuais casos fortuitos ou de força maior, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 05 (cinco) dias consecutivos, a partir de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados;
- VII) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato;
- VIII) manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- IX) a Contratada responderá, de maneira absoluta e inescusável, pela perfeita condição dos itens fornecidos, inclusive suas quantidades e qualidade, competindo-lhe também, a dos itens que não aceitos pela fiscalização do CONTRATANTE deverão ser trocados;
- X) serão de direta e exclusiva responsabilidade da Contratada quaisquer acidentes que porventura ocorram na entrega dos itens e o uso indevido de patentes e registros.

11.3. Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- I) fiscalizar e acompanhar a execução do objeto deste Contrato;
- II) efetuar o pagamento conforme estipulado na Cláusula do Pagamento;
- III) designar servidor para acompanhar a execução deste Contrato;
- IV) comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato.

Cláusula Décima Segunda – DA TROCA EVENTUAL DE DOCUMENTOS:

12.1. A troca eventual de documentos entre o CONTRATANTE e a Contratada, será realizada através de protocolo.

12.2. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

Cláusula Décima Terceira – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

13.1. A rescisão do contrato terá lugar de pleno direito, a critério do CONTRATANTE, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, em conformidade com o art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações nos casos previstos nos artigos 77 e 78 da referida lei.

Cláusula Décima Quarta – DAS SANÇÕES E PENALIDADES:

14.1. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Coronel Vivida - PR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena.

14.2. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial do Município e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais.

14.3. No caso de inadimplemento, o contratado estará sujeita às seguintes penalidades:

14.3.1. Advertência;

14.3.2. Multa por atraso a cada 30 (trinta) dias, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

14.3.3. Multa, moratória simples, de 0,4% (quatro décimos por cento), na hipótese de atraso no cumprimento de suas obrigações contratuais, calculada sobre o valor da fatura.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



14.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 2 (dois) anos; e

14.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.3.6. A aplicação da sanção prevista no item 14.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 14.3.2, 14.3.3 e 14.3.4, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

14.4. As sanções previstas nos itens 14.3.1, 14.3.4 e 14.3.5, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 14.3.2 e 14.3.3, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

14.5. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 14.3, reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, a Comissão Permanente de Licitação - CPL, para as providências cabíveis.

14.6. A segunda adjudicatória, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

14.7. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva do Município de Coronel Vivida - PR.

Cláusula Décima Quinta - DOS CASOS OMISSOS:

15.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 3262 de 28 de setembro de 2006 e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e dos princípios gerais de direito.

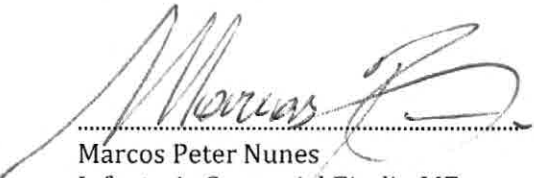
Cláusula Décima Sexta - DO FORO:

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Coronel Vivida, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Contrato, que foi impresso em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

Coronel Vivida (PR), 07 de julho de 2016.


.....
Frank Ariel Schiavini
Prefeito Municipal
CONTRATANTE


.....
Marcos Peter Nunes
Infantaria Comercial Eireli - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

.....

.....



no valor de R\$ 433.947,44 (quatrocentos e quarenta e três mil novecentos e quarenta e sete reais e quatrocentos e quarenta e quatro centavos) na classificação funcional programática abaixo:		
Código	Especificação	Valor R\$
09	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.04	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.04.00	Assistência Social	
09.241	Assistência à Criança e ao Adolescente	
09.241.0022	Assistência Social	
2.251	SUAS - PSE - Manutenção do Acolhimento (Lar dos idosos São Vicente de Paula Rua Alva Complexada I)	
3.3.50.43 - 939	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	40.800,00
09.244	Assistência Comunitária	
09.244.0022	Assistência Social	
2.250	Serviço de Habitação e instalação para pessoas com deficiência e idosos - PSE/CMC - PNAS	
3.3.50.43 - 938	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	43.137,44
09.244.0024	Assistência Comunitária	
2.240	Manutenção das Unidades de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (Casa Abençoada)	
3.3.50.39 - 939	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	100.000,00
3.3.50.39 - 938	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	20.000,00
	Subtotal	124.000,00
2.200	Manutenção do CREAS (PSE/CMC - PNAS)	
3.3.50.31 - 938	Manutenção e Melhorias Físicas - Pessoal Civil	47.800,00
3.3.50.31 - 939	Manutenção e Melhorias Físicas - Pessoal Civil	20.000,00
3.3.50.31 - 938	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	16.000,00
	Subtotal	83.800,00
2.254	Componentes para Qualificação da Gestão - Bolsa Família - IGDFP	
3.3.50.11 - 940	CP-Infra - Pessoal Civil	10.000,00
3.3.50.39 - 940	Manutenção e Melhorias Físicas - Pessoal Civil	40.000,00
3.3.50.31 - 940	Manutenção e Melhorias Físicas - Pessoal Civil	4.000,00
3.3.50.36 - 940	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	20.000,00
3.3.50.31 - 940	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	20.000,00
3.3.50.31 - 940	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	40.000,00
	Subtotal	144.000,00
Total		443.947,44

Art. 9º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito, 13 de julho de 2016.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ LEI Nº 4.830, DE 13 DE JULHO DE 2016		
Autoriza o Executivo Municipal abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).		
A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:		
Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal alterar o Programa da Lei nº 4.111/2013 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2014/2017, conforme segue:		
Programa	Especificação	Valor R\$
0022	Assistência Social	1.500,00
0022	Assistência Social	-1.500,00
Art. 2º Autoriza o Executivo Municipal alterar a Lei nº 4.611/2015 e alterações posteriores da LOO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2016, conforme segue:		
Ação	Especificação	Valor R\$
2.200	Manutenção da Qualificação da Gestão SUAS - IGD SUAS	1.500,00
2.200	Manutenção da Qualificação da Gestão SUAS - IGD SUAS	-1.500,00
Total		1.500,00

Art. 3º Autoriza o Executivo Municipal a criar e/ou a abrir no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, um Crédito Suplementar por Anulação de Despesa Econômica no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
09	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.04	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.04.00	Assistência Social	
09.241	Assistência à Criança e ao Adolescente	
09.241.0022	Assistência Social	
2.200	Manutenção da Qualificação da Gestão SUAS - IGD SUAS	
3.3.50.39 - 933 (793)	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.500,00
Total		1.500,00

Art. 4º Os recursos a serem utilizados para fazer face às despesas com a abertura do Crédito Suplementar acima criado a conta dos recursos de anulação parcial e ou total das dotações orçamentárias constantes do orçamento programático em vigor, conforme discriminado a seguir:

Código	Especificação	Valor R\$
09	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.04	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.04.00	Assistência Social	
09.241	Assistência à Criança e ao Adolescente	
09.241.0022	Assistência Social	
2.200	Manutenção da Qualificação da Gestão SUAS - IGD SUAS	
3.3.50.14		

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná - DIOEMS

Terça-Feira, 19 de Julho de 2016

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano V – Edição Nº 1149



Página 43 / 246

CLEVELÂNDIA

PREFEITURA

DECRETO Nº. 0347/2016

SUMÚLA: Exonera o servidor DARLAN SCHMITT;

ÁLVARO FELIPE VALÉRIO, Prefeito de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e considerando o Requerimento Protocolado sob nº. 33.334;

DECRETA:

Art. 1º—Fica exonerado a pedido o servidor Darlan Schmitt do cargo de Médico Veterinário conforme requerimento nº. 34185 a partir de 19 de Julho de 2016;

Art. 2º—Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ EM 18 DE JULHO DE 2016;

Álvaro Felipe VALÉRIO - Prefeito de Clevelândia

CORONEL VIVIDA

PREFEITURA

PORTARIA Nº 40/2016, de 15 de julho de 2016.

O Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, usando as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, em seu artigo 78, Inciso XXIII e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR o Servidor JOSÉ MUSSOLINI CASTRO GEMELLI, coordenador do transporte escolar, para atuar como Leiloeiro PÚBLICO, para a venda de bens móveis inservíveis do Município de Coronel Vivida, de conformidade com o Art. 53 da Lei nº 8.666/93.

Art. 2º. O Servidor acima designado não poderá cobrar dos arrematantes qualquer importância, quer seja a título de comissão, ou qualquer outro.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 15 (quinze) dias de mês de julho de 2016.

Frank Ariel Schiavini - Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Noemir José Antonioli - Chefe de Gabinete

Aditivo nº 03—Contrato nº 62/2015 – Pregão Presencial nº 31/2015

Contratante: Município de Coronel Vivida juntamente com o Fundo Municipal de Coronel Vivida. Contratada: DELFINO NUNES DE ALMEIDA—ME, CNPJ nº 21.313.550/0001-30.

Conforme solicitação da Diretoria de Saúde, através do ofício nº 43/2016 e de comum acordo entre as partes, fica prorrogado o prazo de prestação de serviço por mais 03 (três) meses, de 12 de Julho de 2016 a 11 de Outubro de 2016. O valor total deste aditivo é de R\$ 34.125,00 (trinta e quatro mil cento e vinte e cinco reais). O valor atualizado do contrato passa a ser de R\$ 258.675,00 (duzentos e cinquenta e oito mil seiscentos e setenta e cinco reais). Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 08 de Julho de 2016. Frank Ariel Schiavini, Prefeito.

REABERTURA DE PRAZO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2016

O município de Coronel Vivida-PR, torna público a reabertura de prazo para a realização do Pregão Presencial nº 67/2016, que tem por objeto a: AQUISIÇÕES DE TOLDOS E PERSIANAS.; passando para as 09:00 (nove) horas do dia 01 de agosto de 2016, na Praça Ângelo Mezzomo, s/n. O recebimento das propostas será até às 17:00 horas do dia 29 de julho de 2016. Fica alterada a descrição dos itens 01 e 02 do Termo de Referência do Edital e prazo para entrega. O edital alterado poderá ser obtido junto ao Município de Coronel Vivida, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas ou através do site www.coronelvivida.pr.gov.br. Informações (046) 3232-8331. Coronel Vivida, 18 de julho de 2016. Ademir Antônio Aziliero, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Contrato nº 108/2016 – Tomada de Preços nº 07/2016

Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: BRAVA CONSTRUÇÕES LTDA—ME, CNPJ nº 07.830.558/0001-43. Objeto: construção de uma Unidade Básica de Saúde na Linha Leite (Lote 01); conforme planilhas, projetos e memoriais. Valor total de R\$ 174.525,79. Prazo de execução: 120 dias, da ordem de execução. Prazo de vigência: 12 meses. Coronel Vivida, 13 de julho de 2016. Frank Ariel Schiavini, Prefeito.

Contrato nº 109/2016 – Tomada de Preços nº 07/2016 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: BRAVA CONSTRUÇÕES LTDA—ME, CNPJ nº 07.830.558/0001-43. Objeto: construção de uma Unidade Básica de Saúde na Localidade de São João do Alto Jacutinga (Lote 02); conforme planilhas, projetos e memoriais. Valor total de R\$ 174.525,79. Prazo de execução: 120 dias, da ordem de execução. Prazo de vigência: 12 meses. Coronel Vivida, 13 de julho de 2016. Frank Ariel Schiavini, Prefeito.

RESUMO DE CONTRATOS

Referente ao Edital: Pregão Eletrônico nº 51/2016. OBJETO: fornecimento de móveis e equipamentos para o quiosque localizado no Parque Urbano Arnaldo Wentz de Moraes (Lago Municipal). Prazo de entrega: 15 dias. Prazo de vigência: 365 dias. Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratadas:

CONTRATO Nº	CONTRATADA	CNPJ Nº	VALOR TOTAL
99/2016	C. J. CENTOFANTE & CIA LTDA ME	07.559.294/0001-35	12.110,92
100/2016	DOUGLAS L CASTANHEIRA EPP	13.745.092/0001-80	1.924,00
101/2016	ELETROMAQUINAS ASTEC LTDA ME	02.995.568/0001-15	790,00
102/2016	INFANTARIA COMERCIAL EIRELI—ME	20.795.155/0001-79	625,00
103/2016	ITACA EIRELI ME		